



Atividades Educativas contra o Agronegócio

Rafael Rossi¹

Resumo

O presente texto é um esforço pelo qual problematizamos a necessidade de desenvolvimento de atividades educativas que sejam contra o agronegócio. Este pretensão modelo de “desenvolvimento agrário” precisa ser compreendido na sua vinculação intrínseca ao sistema do capital. Deste modo, se a atividade educativa, no sentido mais amplo possível, está orientada pela perspectiva crítica e radical de compreensão da realidade objetiva, é imprescindível explicitar a vinculação entre capital e agronegócio e a impossibilidade real e concreta de imputar-lhes reformas. Tais atividades educativas aqui problematizadas se baseiam nas análises e elaborações que a ontologia marxiana oferece e, neste quesito, a partir das contribuições de Marx, Mészáros e Ivo Tonet.

Palavras-Chave: Capital, Trabalho, Agronegócio, Educação.

Actividades Educativas contra el Agronegocio

Resumen

Este documento es un esfuerzo en el que se cuestiona la necesidad de desarrollar actividades educativas que están en contra el agronegocio. Este aspirante a modelo de "desarrollo agrícola" debe entenderse en su relación intrínseca con el sistema del capital. Por lo tanto, si la actividad educativa es impulsada por la perspectiva crítica y radical de la comprensión de la realidad objetiva, es esencial para aclarar la relación entre el capital y la agroindustria y la imposibilidad real y práctica de imputar a las reformas. Las actividades educativas aquí problematizada se basan en análisis y elaboraciones que las ofertas de la ontología marxiana y, en este sentido, a partir de las contribuciones de Marx, Mészáros e Ivo Tonet.

Palabras Clave: Capital, Trabajo, Agronegocio, Educación.

Educational Activities against Agribusiness

Summary

This paper is an effort in which we question the need to develop educational activities that are against agribusiness. This would-be model of "agricultural development" must be understood in its intrinsic link to the capital system. Thus, if the educational activity is driven by the critical and radical perspective of understanding of objective reality, it is essential to clarify the

¹ Rafael Rossi é licenciado e mestre em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente – SP, Brasil. Doutor em Educação pela mesma instituição. Atualmente é professor adjunto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

link between capital and agribusiness and real and practical impossibility of imputing them reforms. Educational activities here problematized are based on analyzes and elaborations that the marxian ontology offers and, in this regard, from the contributions of Marx, Mészáros and Ivo Tonet.

Key-words: Capital, Work, Agribusiness, Education.

1. Introdução

Este texto nos serve de instrumento para problematizar uma questão muito importante que se faz presente no cotidiano de várias escolas, em especial, em escolas no campo. Trata-se da necessidade de compreender como o agronegócio influencia as escolas públicas e como ele se estrutura, ou seja, como ele se articula com a atual forma de sociabilidade burguesa.

Diversos processos sociais que acontecem no interior da dinâmica escolar no campo sofrem interferência direta e/ou indireta da ação do agronegócio. Deste modo, precisamos compreender que este “modelo de desenvolvimento agrário” não está desvinculado do sistema do capital e do modo de produção capitalista. Para efetuarmos uma crítica que seja, ao mesmo tempo, *radical* – no sentido de ir à raiz – e que apresente *possibilidades de luta* pela defesa das condições de exercício da atividade educativa, é preciso entender como ocorre esta ligação.

Na primeira parte do texto, dessa forma, esboçaremos em linhas gerais o funcionamento contraditório e intrinsecamente desigual/explorador do sistema do capital. A partir destas reflexões poderemos avançar para a compreensão da *gênese, origem e função social* daquilo que se denominou como agronegócio. Com efeito, uma vez que discutimos a lógica do capital e a gênese do agronegócio, podemos, então, defender a tese de que *atividades educativas preocupadas com uma perspectiva revolucionária* devem explicitar, de modo cada vez mais abrangente, as desigualdades do agronegócio e do capitalismo.

Problematizar a sociabilidade contemporânea estruturada para atender os interesses expansionistas destrutivos de reprodução do capital e, no caso específico aqui em questão, os interesses perversos do agronegócio; justifica a necessidade de atividades educativas que estejam orientadas pela emancipação humana e não pela reforma desta ou daquela parte do capitalismo.

Desse modo, a reflexão teórica e ideopolítica sobre atividades educativas contra o agronegócio se justifica em ao menos dois sentidos. Em primeiro lugar, é possível constatar-mos que este modelo de “desenvolvimento agrário” é dominante em todo Brasil e na América Latina como demonstrado pelo trabalho organizado por Fernandes (2008). Além disso, o

agronegócio se vincula diretamente às demandas de reprodução e de comando hierárquico do sistema do capital. Em segundo lugar, de modo cada vez mais crescente, o agronegócio tem estendido sua ideologia em escolas públicas no campo. Exemplo disso pode ser comprovado pelas ações da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG com o “*Programa Agronegócio na Escola*” desenvolvido na região do município de Ribeirão Preto – SP desde o ano de 2001 já tendo participado mais de *160 mil alunos*². O “Agrinho” inicialmente iniciou suas atividades no Estado do Paraná com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/PR; a Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP; o governo do Estado do Paraná; Banco do Brasil; Itaipu Binacional e Dow AgroSciences. No Paraná, o “Agrinho” completa *19 anos já tendo participado mais de 1,5 milhão de crianças e aproximadamente 80 mil professores* da educação infantil, ensino fundamental e educação especial, tendo sua presença em todos os municípios do Estado³. Este “programa educacional” e muitos outros ligados ao agronegócio apresentam a lógica do capital no campo e na cidade como sendo “o” melhor para a população em geral. Não há espaço nesses “materiais” para discutir a luta pela terra, a subordinação do trabalho, o uso de agrotóxicos nos alimentos, a devastação ambiental promovida pela prática das monoculturas etc.

Assim sendo a presente reflexão se faz necessária em face de: 1) a ampla dominação e invasão que o agronegócio tem promovido em escolas públicas de diversas maneiras e, 2) a incompatibilidade entre agronegócio e capitalismo com a *defesa real e efetiva* do meio ambiente e com a própria vida humana.

2. Capital: O verdadeiro “rei” do gado, da soja, do café... do agronegócio!

O capital é uma relação social e não algo “fixo” ou “palpável”. A sua base, no capitalismo, está na compra-e-venda da força de trabalho do trabalhador ao capitalista, mesmo que esta relação ocorra de diferentes formas. Há nessa dinâmica uma *desigualdade de raiz*, pois o capital sempre domina o trabalho. O capitalista ao comprar a força de trabalho do trabalhador se apropria, também, do trabalho excedente que é gerado no processo de produção. O salário, desse modo, nunca corresponde efetivamente a todo trabalho efetivado pelo proletário, por exemplo. Onde quer que exista salário, sempre haverá uma relação de exploração. Por isso é

² Informações retiradas do site da ABAG-RP. Disponível em: < <http://www.agronegocionaescola.com.br/>> Último acesso: jun. 2015.

³ Informações retiradas do site do Agrinho/PR. Disponível em: < <http://www.agrinho.com.br/institucional>> Último acesso em: jun. 2015.

uma fantasia irrealizável – dentro do capitalismo – querer um “salário justo”, pois o capital é uma relação social irremediavelmente injusta.

Isto não quer dizer que não seja possível superar o capital. Aliás, Marx e Engels já nos ensinaram a possibilidade de construção de uma sociabilidade efetivamente de *emancipação humana*, a partir da abundância e do desenvolvimento proporcionado pelo próprio capitalismo. Se a humanidade conseguirá ou não superar o capital, isto dependerá da organização ou não dos próprios trabalhadores. Todavia, temos a clareza de que a reprodução do capital apenas resultará em mais capital, ou seja, na continuidade – cada vez mais intensa – de toda lógica de desigualdade social, exploração e barbárie.

A exploração do capital sobre o trabalho faz com que a desigualdade social não seja “*um acidente de percurso*” ou uma “*falha facilmente corrigível*”. Ao contrário, a produção da miséria e da pobreza faz parte da lógica deste sistema social. E isso, por sua vez, “significa que é impossível construir, a partir dela, uma autêntica comunidade humana, vale dizer, humanizar o capital” (TONET, 2013, p. 29).

Este fato de ser impossível “*humanizar o capital*” ou querer que ele deixe de ser explorador etc. demonstra a sua “*incontrolabilidade*”. Em suma, se trata de um sistema incontrolável, no sentido de que “é impossível impor ao capital uma outra lógica que não seja a da sua própria reprodução”, dessa forma, “O capital é como um rio, cada vez mais caudaloso. É possível opor-lhe obstáculos, desvios, limites provisórios, mas ele sempre encontrará meios e modos de superá-los” (TONET, 2013, P. 29-30).

O capital é uma forma “*incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2002). O que isso quer dizer? Que o capital é incontrolavelmente explorador, que o capital realiza o controle da produção das relações sociais na sociedade capitalista. Significa que não se produzem roupas, alimentos, remédios, casas etc. com a finalidade real de atender as necessidades de vestimenta, alimentação, tratar a saúde e de habitação. A produção sob o controle do capital é sempre uma produção para garantir os seus interesses e não os interesses reais das necessidades humanas. Ao tratarmos no próximo item sobre o agronegócio essa discussão ficará mais clara.

A crise em que vivemos atualmente ocorre justamente em um momento da nossa história em que existem condições técnicas, tecnológicas e produtivas suficientes para satisfazer todas as necessidades humanas de todos os seres humanos. Com efeito, não se trata de falta de “tecnologia” que existe ainda miséria e pauperismo, mas sim, da própria lógica de reprodução das relações sociais capitalistas de produção. Dessa forma: “a manifestação da lógica férrea

do capital, tende a caminhar no sentido de um agravamento cada vez maior dos problemas da humanidade” (TONET, 2013, p. 31).

O capital, basicamente, possui *defeitos estruturais* que são incorrigíveis dentro da sua própria lógica. O primeiro deles é a *separação entre a produção e o controle* que se encontram “isolados entre si e diametralmente opostos”. O segundo defeito estrutural – em linhas gerais e breves – é a independência entre a *produção e o consumo*, pois adquirem uma “existência separada extremamente problemática”, já que há um consumo desperdiçador e ao mesmo tempo uma parcela enorme da humanidade que sofre com a negação mais básica das condições de sobrevivência. O terceiro defeito estrutural é o capital penetrar nas esferas da *produção e circulação*, ou seja, o capital precisa prevalecer não apenas regionalmente, mas sim, de modo mais amplo, global e “é assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita /.../ aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105).

Como já sinalizamos anteriormente, no sistema do capital há uma brutal alienação dos produtores (trabalhadores) com relação ao controle sobre o produto e sobre o processo de produção. E esta dinâmica social não pode ficar restrita apenas a algumas regiões, por isso sua característica essencial é a expansão, porém “neste sistema, ‘expansão’ só pode significar expansão do capital, o que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 131).

Em função disto que no capitalismo as mercadorias, por exemplo, permitem a acumulação do capital. Todavia, isto ocorre não “por vender uma mercadoria por um valor maior do que o seu valor real que o capital se acumula, mas sim porque o valor real da mercadoria é maior do que o custo de sua produção” (TONET e LESSA, 2012, p. 30). Ou seja: a extração do trabalho excedente pelo capitalista sobre o trabalhador permite a acumulação do capital. E isto, por sua vez, “tem sua origem em uma propriedade específica, peculiar, à força de trabalho: uma vez consumida, ela gera um valor maior do que o seu próprio. Este valor a mais que é gerado na produção da mercadoria é a “mais-valia”. (TONET e LESSA, 2012, p. 30).

Deste modo, na sociedade capitalista, podemos compreender que: "O mercado, e não mais o Estado, passa a ser o organizador da produção na vida cotidiana. E o mercado nada mais é que a expressão cotidiana do capital” (TONET e LESSA, 2012, p. 47). Se assim acontece, não é de se estranhar que o capital também subverta a agricultura. A agricultura que é uma atividade que sempre teve como função social a produção dos alimentos necessários às necessidades humanas, com o domínio do capital, continua produzindo alimentos, mas agora

mais do que isso, se produz *commodities*, se produz do modo, no tempo e com os condicionantes que o capital impõe e controla, dando origem ao atual agronegócio.

3. Agronegócio: De onde veio e qual a sua função na sociedade capitalista?

A “questão agrária” não é uma “novidade” na história apenas de nossa época. Entretanto, a forma com que a agricultura se curvou para atender os interesses do capital, isto sim é algo recente. As raízes do agronegócio encontram respaldo no movimento denominado por “revolução verde”. No período pós II Guerra Mundial a Fundação Rockefeller, norte-americana, financiou o trabalho do grupo dirigido por George Harrar, sendo o primeiro passo da “revolução verde”. O grupo liderado por Harrar havia conseguido trigos adaptados a climas tropicais e subtropicais, levando as transformações desempenhadas na agricultura dos Estados Unidos ao México. A Fundação Ford, impressionada com esses resultados, uniu-se à Fundação Rockefeller e, dessa vez, criaram o IRRI – Instituto Internacional de Pesquisas Arrozoeiras em Baños, Filipinas, com o arroz IR-8. Em 1967, Borlaug, pesquisador do Programa Cultivo de Trigo da Rockefeller no México, mostra interesse e passa a assumir a “revolução”. É nesse momento que fica claro o interesse do capitalismo em seu processo de reprodução na agricultura.

Com efeito, por “revolução verde” se entende “o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade”, com intuito de “facilitar o uso de máquinas de grande porte nos “tratos culturais” e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo, lucro” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 43).

Igualmente, o período chamado de “modernização conservadora” não representou nem uma “revolução” e muito menos “verde”, pois:

Isto foi implantado com o emprego dos “insumos modernos”, neologismo eufemístico para designar sementes, fertilizantes solúveis de síntese química e agrotóxicos industriais, com créditos altamente subsidiados, com a esdrúxula tese de modificar o ambiente, substituindo os fatores naturais pelos insumos modernos. (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 43)

A “revolução verde” é controlada pelo capital financeiro em que um pequeno grupo de multinacionais controla a produção, distribuição e comercialização de fertilizantes, agrotóxicos e sementes, desembocando no atual modelo do agronegócio. Em face disto que: “A ‘re-

volução verde’ e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p.58).

Sempre costumo lembrar um fato importantíssimo: os povos pré-históricos se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Há 150 anos, a humanidade passou a se alimentar com produtos de 3.000 espécies vegetais e, hoje, apenas 15 espécies correspondem a 90% dos alimentos vegetais, a saber: milho, trigo, soja e arroz, respondendo a 70% do consumo e produção. As consequências da “revolução verde” e do atual “desenvolvimento sustentável” já apontam suas consequências e perversidades nos últimos 30 anos: aumento de 75% das emissões de carbono; desperdício de 1,3 bilhões de toneladas de alimentos; mais de 1 bilhão de pessoas desnutridas e mais de 1 bilhão de obesos e uso de 70% da água consumida pela agricultura (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

A explicação da perversidade do atual período de desenvolvimento capitalista sob a égide da globalização, também é passível de ser pensada no tocante à questão agrária, já que de 2003 a 2012, o preço médio do hectare no Brasil subiu de R\$2.280 para R\$7.470, representando um crescimento de 227%, ou seja, o dobro da inflação registrada no mesmo período de análise. Já de 2008 a 2012, a terra superou investimentos como o ouro, a bolsa de valores e o dólar. Dentre as causas deste fenômeno está a compra de terras por parte das multinacionais do agronegócio pelo mundo todo, sendo conhecido em língua inglesa com o termo: “*land grab*” e em espanhol: “*el acaparamiento de tierras*”. Um acontecimento importante nessa análise é o fato de em 1995, o Congresso, no governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, alterar um artigo da Constituição que restringia a ação de multinacionais de capital estrangeiro no campo. Esse mecanismo fez com que o capital internacional participasse de modo mais acentuado no agronegócio brasileiro, subindo de 16% em 1995, para 57% em 2005, sendo que essa tendência se manteve no governo Lula e Dilma.

Outro exemplo que podemos lembrar é o fato de que cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter um pedaço de terra para trabalhar. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT - no primeiro mandato de Dilma foram assentadas 103.746 famílias, sendo que 73% delas já estavam em andamento em anos anteriores. Se forem analisadas apenas as famílias que se inseriram em novas áreas, este número vai para 28 mil (ORTIZ, 2015).

De acordo com o IBGE, aproximadamente 8.300 grandes proprietários de terra são donos de 83 milhões de hectares, enquanto que 4,3 milhões de camponeses somente possuem 70 milhões de hectares; no entanto, são responsáveis por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, possuem somente 14% de acesso a créditos e estão em apenas 24% das terras agricultáveis do país. Além disso, os latifundiários pagaram em 2011 apenas 0,04% de todos

os impostos arrecadados pela União (Governo Federal, municípios e estados), como presente no cálculo do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Há dentro desse panorama o fato de que, de acordo com o Incra, das 130,5 mil grandes propriedades rurais, 69,2 mil são improdutivas, o que corresponde a 53%. Estas, por sua vez, detêm 228,5 milhões de hectares sendo, dessa forma, duas vezes maior a todo conjunto de áreas indígenas do país que gira em torno de 112 milhões de hectares. Assim sendo, se considerarmos o total da população indígena, teremos 818 mil que, em vários episódios, foram acusados de “invasores de terras”; contudo, eles ocupam 137 hectares per capita, enquanto que cada latifundiário que possui sua propriedade improdutiva ocupa 3.300 hectares (TEIXEIRA, 2014).

Viladesau (2008), por exemplo, afirma que o avanço do agronegócio no Paraguai trouxe problemas como o desflorestamento e a desertificação, pois houve uma “degeneração” das sementes nativas tradicionais por contaminação genética. Ocorreu também o aumento de monoculturas e da concentração de uso de agrotóxicos com repercussões no solo e na água, bem como aparecimento de pragas resistentes aos venenos utilizados e morte de insetos que antes serviam de indicadores biológicos. Além disso, o autor destaca que o Estado nacional perdeu sua “soberania econômica”, pois as decisões são tomadas cada vez menos em razão dos interesses nacionais e, cada vez mais, para atender os interesses das multinacionais agro-exportadoras.

Assim, perante tudo que tratamos até aqui, podemos afirmar que o agronegócio precisa também ser entendido enquanto uma lógica do capital na agricultura que engloba a produção em larga escala de commodities com uso intensivo de mecanização da lavoura, utilização de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Portanto, faz parte da sua lógica a concentração de terra, renda e de poder político parlamentar; a supremacia da regência do capital financeiro e a promoção ideológica constante enquanto “o” único modelo de “desenvolvimento” agrário a ser seguido, por supostamente ser “o mais avançado”.

4. Atividades Educativas contra o Agronegócio

Após estas reflexões sobre o sistema do capital e sobre o “moderno” e ideologicamente denominado “agronegócio”, cabe a pergunta: se defendemos uma prática educativa, em sentido amplo, preocupada e orientada a partir dos interesses da classe trabalhadora, devemos, então, reforçar a ideologia, o ponto de vista do capital e do agronegócio?

Esta indagação, para muitos, será respondida prontamente com um sonoro “não”. Todavia, mesmo quando pensamos estar defendendo os interesses dos trabalhadores e desenvolvendo uma prática educativa “*humanizadora*”, podemos de fato, em muitos casos, sem ter consciência disto, estar defendendo a visão de mundo, a ideologia do capital e do agronegócio.

Em função das condições materiais de reprodução social matrizada pelo capital é sabidamente reconhecido que a ideologia dominante do agronegócio se dissemine e esteja mais presente em todos os espaços do que as ideologias críticas. O intuito em discutirmos atividades educativas contra o agronegócio não é negar a própria existência real e concreta que sustenta o agronegócio. Estas atividades educativas podem ser desenvolvidas tanto dentro das escolas públicas, quanto fora: em movimentos sociais, sindicais, grupos revolucionários, enfim, tais atividades apontam para a necessidade de estudo permanente da realidade objetiva numa orientação revolucionária e, também, para o engajamento imprescindível nas lutas sociais contra o capital e contra o Estado.

Antes de avançar, cabe explicitarmos o que estamos entendendo por ideologia. Compreendemos ideologia, no sentido lukacsiano, enquanto uma “forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2012, p. 336). Para isso a ideologia cumpre uma função específica quando se transforma “em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2012b, p. 337). Assim, “para Lukács, a ideologia é uma forma específica de resposta às demandas e aos dilemas colocados pelo desenvolvimento da sociabilidade” (LESSA, 2012, P. 33).

Dessa forma, o agronegócio se apresenta como uma lógica material e ideológica. A sua lógica material está em cumprir na agricultura as imposições do capital e sua ideologia é de se apresentar como uma “resposta” perante os conflitos da “questão agrária”, ou seja, se colocar como “o” único capaz de promover um “desenvolvimento sustentável” (por isso ele engloba até a agroecologia em alguns casos); gerar “emprego e renda”, etc.; enfim, a lógica da ideologia do agronegócio é fundamentar a reprodução do capital, não está *para além* desta forma de sociabilidade burguesa. Isso pode ser facilmente constatado em músicas, novelas, propagandas comerciais, jornais, documentários, filmes e... em materiais didáticos em escolas no campo como, por exemplo, o “*programa agrinho*”!

Precisamos retomar o velho ensinamento marxiano de que: “**As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes**, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX e EN-

GELS, 2007, p. 47, grifos nossos). Ora, isso ajuda a entender a força ideológica do agronegócio. Se a classe dominante no campo promove o agronegócio, são as suas ideias que serão as dominantes, inclusive, com rebatimentos na educação pública. Não é por um acaso que as desigualdades sociais do capital, a lógica perversa desse tipo de agricultura capitalista etc. não são amplamente ensinados nas escolas e universidades públicas, pois saber desses conhecimentos é de interesse dos trabalhadores e não da burguesia.

Compreendo, nesta linha de raciocínio, que é possível o desenvolvimento de *atividades educativas* que sejam *contra o agronegócio e o capital*. As pistas de Tonet (2005, 2012 e 2014) apresentam elementos fundamentais para a elaboração desta proposta. Penso que atividades educativas com tal orientação deveriam: 1) propiciar as bases de entendimento do desenvolvimento do ser social e dos distintos modos de produção; 2) permitir a compreensão do desenvolvimento complexo da agricultura, em especial no Brasil, até a consolidação do agronegócio e suas contradições; 3) fornecer os elementos teóricos necessários para a compreensão da necessidade da luta dos trabalhadores rurais se articular no âmbito da luta de classes; 4) explicitar a lógica do capital e a constituição do modo de produção capitalista; 5) debater a história dos movimentos sociais camponeses e da classe trabalhadora de modo geral e, 6) articular os trabalhadores na luta pela educação em um sentido claramente anticapitalista.

É necessário que atividades educativas contra o agronegócio promovam discussões a respeito do desenvolvimento e complexificação do ser social e dos diferentes modos de produção, pois, de modo geral, tanto na escola como na universidade, costumamos ter acesso a uma perspectiva idealista e aleatória de constituição do “mundo dos homens”. A história da humanidade, quando “bem” discutida, é transmitida num viés que retira dos homens o fato de serem demiurgos de sua própria história. O aleatório toma conta deste modo de encarar a questão e o padrão cronológico exposto nos enfações “livros” didáticos terminam por afastar os estudantes de qualquer compreensão crítica da realidade social.

Igualmente é imprescindível que tais atividades educativas também se preocupem com a explicitação da agricultura ao longo do processo histórico para que todos possam compreender a gênese e a função social disto que se chama agronegócio. Se não compreendermos as raízes que estruturam esta agricultura capitalista, muito provavelmente “cairemos” no “canto” dos economistas, cientistas e ideólogos burgueses que tenta nos convencer da “essência egoísta e desigual” do ser humano. A ideologia dominante nos transmite o agronegócio como sendo um “modelo de desenvolvimento agrário” capaz de resolver todos os conflitos através da iniciativa privada e, com isso, não haveria a necessidade de luta pela terra, de luta pelo fim da propriedade privada etc. Do ponto de vista dos interesses do capital esta perspectiva faz

todo sentido, todavia, do ponto de vista dos interesses históricos da classe trabalhadora na luta pela *emancipação humana*, esta ideologia burguesa apenas faz confundir os próprios trabalhadores e os induzem à aceitação pacífica da situação degradante que o capital nos impõe.

Também é preciso que tais atividades possam discutir os elementos teóricos indispensáveis para o entendimento da luta de classes e da contradição entre capital e trabalho. O marxismo vulgar, a perspectiva reformista/revisionista e o oportunismo desde os tempos de Marx confundem e escamoteiam as contradições inconciliáveis entre as classes sociais no capitalismo e sobre o papel do Estado. É preciso que se discuta a raiz das desigualdades sociais, a lógica do capital, o funcionamento do modo de produção capitalista e o Estado moderno. Sem tais entendimentos, acreditaremos ser possível resolver a “questão agrária” nos parâmetros da lógica do capital e, nesse horizonte, o idealismo de tipo reformista será o máximo de criticidade que alcançaremos. Para além do modo fragmentário de encarar as situações de exploração existentes sobre os trabalhadores, é necessário entender o que os une, qual o problema maior que os abarca, qual a base opressora que existe na raiz de todos os processos de subordinação e de controle.

Nesse aspecto, é necessário que a história da luta camponesa e da classe trabalhadora, de modo geral, também seja discutida e ensinada. Raríssimas vezes, por exemplo, verificamos estudantes que conheceram o que se passou na experiência da Comuna de Paris. Isso não ocorre arbitrariamente. Aquilo que, em geral, mostra a possibilidade real e concreta de união coletiva e intencional dos trabalhadores deve ser abafado perante a lógica do capital. Milhares de trabalhadores foram torturados, estuprados, expulsos de suas terras, expropriados das condições de trabalho, mortos e humilhados ao longo da consolidação das relações sociais de produção capitalistas. É fundamental, neste sentido, que os trabalhadores possam ter acesso às conquistas, derrotas, lições e aprendizados que a sua própria classe produziu ao longo do processo histórico.

Por fim, creio que o engajamento nas lutas pela garantia de efetivação das condições necessárias para a prática educativa e, em sentido amplo, nas lutas sociais, é um requisito *sine qua non* para o processo de desenvolvimento de atividades educativas contra o agronegócio e o capital e para a formação da “*consciência socialista*”. Muitos problemas que a educação enfrenta não podem ser resolvidos na sua própria área de atuação. A eminência de fechamento de uma escola por um “*canetaço*” qualquer de uma secretaria municipal de educação, por exemplo, pode ser enfrentada se contar com a participação ativa de um coletivo de trabalhadores intencionalmente organizado. A luta se faz com estudo sério, permanente e com atuação coletiva e organizada. Uma ocupação de terra, por exemplo. Aquela área que antes era um

latifúndio improdutivo apenas se tornou um assentamento não por “boa vontade” do Estado ou “piedade” de quem quer que seja. A luta árdua de anos a fio – em muitos casos – de centenas de famílias acampadas e organizadas que propiciou a criação daquele assentamento. Do mesmo modo a luta pela educação e a luta social não se concretizarão com abrangência e contundência se não for coletiva e intencional.

Estas (e possivelmente muitas outras) são atividades que considero importantes para a desmistificação do agronegócio e o desenvolvimento de uma prática educativa crítica e de ordem revolucionária.

5. Considerações Finais

Este texto tem apenas o “tom” de provocação para o debate e a reflexão. Os requisitos apresentados aqui para a promoção de atividades educativas contra o agronegócio e o capital são genéricos e precisam de aprofundamento.

No entanto, algumas considerações ainda se fazem necessárias. Toda a nossa proposta – inspirada nas elaborações de Tonet (2005, 2012, 2014) – obviamente é muito difícil em se concretizar de modo amplo nas escolas públicas, estejam elas no campo ou não. As alienações que brotam do capital nos afastam de um entendimento radical da realidade objetiva e inúmeros são os obstáculos que se interpõe em nosso caminho, em especial, nas escolas públicas que, na ampla maioria dos casos, seguem as determinações ideológicas impostas pelo capital através do Estado.

Contudo, a orientação de atividades educativas deste caráter deve ser uma orientação revolucionária e crítica. Nesse sentido, é imprescindível o esforço de apropriação das obras marxianas e de seus mais brilhantes intérpretes como Lenin, Lukács, Mészáros, etc.

Com efeito, duas atitudes são de suma relevância para que esta proposta possa ter minimamente chances de prosperar: 1) o *estudo individual e permanente* e, 2) a *atuação coletiva*. Nós todos precisamos encontrar maneiras de organizar nosso cotidiano de modo a dispensar um período todos os dias para o estudo das temáticas que tratamos aqui. O conhecimento de perspectiva histórica e revolucionária não nascerá em nossas cabeças por milagre e muito menos sem nossa dedicação ao estudo sério e rigoroso. Ao mesmo tempo, muitas dúvidas, angústias e dificuldades aparecerão em nossa frente e, justamente por isso, a busca por coletivos, pessoas e/ou grupos que possuem uma preocupação séria com o estudo revolucionário é uma prática fundamental para não cedermos diante de todos os entraves que encontraremos.

Temos sempre de lembrar que: “Se dizemos que a teoria é importante e, contudo, não estudamos, é porque ela não é importante para nós. Nós somos o que nós fazemos, não o que desejamos ou pensamos que somos” (LESSA, 2014, p. 11)

Referências

FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács.** 3. ed. Editora Unijui, 2012.

LESSA, S. **O revolucionário e o estudo – Por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II.** São Paulo: Boitempo: 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

ORTIZ, F. **Cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar.** 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/02/28/cerca-de-200-mil-camponeses-continuam-sem-ter-uma-area-para-cultivar.html>> Último acesso: fev. 2015.

TEIXEIRA, G. **Das 130,5 mil grandes propriedades rurais 69,2 mil são improdutivas.** 2014. MST. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/node/16664>> Último acesso: out.2014.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Educação contra o capital.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, I.; LESSA, S. **Proletariado e sujeito revolucionário.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, I. **Atividades Educativas Emancipadoras.** Rev. Práxis Educativa. Vol. 9, n. 1, 2014.

VILADESAU, T. P. El agronegocio de la soja en Paraguay – Antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.